

**AO JUÍZO DA Xª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX**

Autos n.: XXXXXXXXXXXXX

Processo: Exoneração de Alimentos

Fulana de tal, brasileira, casada, desempregada/estudante, portadora da RG XXXXX XXXX, inscrito no CPF XXXXX, filha de FULANA DE TAL e FULANO DE TAL, residente na XXX, Conjunto X, Casa XX - XXXX - XX, - CEP XXXX, Telefone: XXX e e-mail: XXXXXspeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXX**, por ser hipossuficiente, nos termos da Lei nº 1.060/50, com fundamento no art. 297 e seguintes do Código de Processo civil - CPC, tempestivamente, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

aos termos da ação de Exoneração de Alimentos ID XXXXX que lhe move **FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos, aduzindo para tanto o que segue:

I. DOS FATOS

Os fatos apresentados pelo autor não condizem com a realidade e por isso não merecem prosperar, conforme passa a demonstrar.

Inicialmente, a ré informa que, a despeito de ter atingido a maioridade, está matriculada no 8º semestre do curso de Direito, na faculdade XXXXXXXX, conforme documento anexo.

Esclarece que está desempregada e que suas condições financeiras são precárias. A requerida é casada, tem dois filhos e possui diagnóstico de asma grave, conforme laudo médico anexo, sendo acompanhada por pneumologista. O cartão do SUS anexado à contestação demonstra que ela não tem condições de pagar um plano de saúde e depende da rede pública de saúde para tratar sua enfermidade, enquanto

o autor paga plano de saúde para sua enteada.

A requerida complementa o pagamento de sua faculdade, que atualmente perfaz o valor de R\$ 1.938,00 (mil novecentos e trinta e oito reais), com os alimentos recebidos pelo Requerente. Quanto ao restante da mensalidade, conta com a ajuda do seu atual companheiro, uma vez que o ensino e a profissionalização são prioridades em sua vida. Ressalte-se, ainda, que referidos gastos não contabilizam o material necessário para a faculdade, sendo certo que é sabido que os livros de Direitos possuem preços exorbitantes.

Na inicial, o autor alega que sua atual companheira não trabalha, no entanto, o requerente possui empresa com inscrição no sob o número XXXXXXXX, com página de divulgação no Instagram (caseiro619), em que são comercializados biscoitos caseiros. Nota-se, pelos documentos anexos, que quem confecciona os biscoitos é sua companheira, de modo que não prospera a alegação de que ela não trabalha.

A ré e sua família estão residindo atualmente com sua genitora, conforme declaração anexa, pois não têm condições financeiras de custear o pagamento de aluguel, além das despesas com alimentação, água e energia elétrica, materiais didáticos, xerox, transporte, vestuário e outros gastos inerentes ao seu cotidiano, aos quais totalizam a quantia mensal aproximada de **R\$ 3.688,00** (três mil, seiscentos e oitenta oito reais), conforme tabela abaixo:

Des	V
pesa	al
Facul	R\$
dade	1.938,0
Alimentação	-
- 1/4	R\$
	400,0
Vest	-
uário	R\$
	150,0
Consumo de Água, Luz, telefone e gás de	-
cozinha (1/4)	R\$
	200,0
Fotocópias e Livros e Material	-
Diversos (faculdade)	R\$
	200,0
Medic	-
ação	R\$
	800,0
TOT	-
AL	R\$
	3.688,
	00

A requerida esclarece, ainda, que conta com a ajuda financeira de sua genitora e de seu atual esposo, e que referido suporte sobrecarrega sua genitora, pois ela deixa de suprir as próprias necessidades para ajudar a filha.

Dessa forma, resta evidente que a contribuição paterna é imprescindível para a ré, especialmente diante do binômio necessidade x possibilidade. Caso a exoneração dos alimentos ocorra neste momento, a demandada sofrerá enormes prejuízos em sua subsistência, porquanto não terá como manter os estudos e parte de seu sustento próprio.

II. DO DIREITO

A jurisprudência pátria é firme no sentido de que o simples fato de a requerida ter atingido a maioridade não é suficiente para exonerar o alimentante da obrigação alimentar, consoante acórdãos a seguir colacionados:

ALIMENTOS DECORRENTES DO PODER FAMILIAR - MAIORIDADE DO ALIMENTANDO - PEDIDO DE EXONERAÇÃO - PERMANÊNCIA DA NECESSIDADE: ALIMENTOS DEVIDOS POR FORÇA DA RELAÇÃO DE PARENTESCO.

1. Se o alimentando atingiu a maioridade, mas necessita dos alimentos estabelecidos em virtude do poder familiar, estes devem ser mantidos por força da relação de parentesco.

2. Recurso não provido. (20100710114138APC, Relator JOÃO MARIOS, 3ª Turma Cível, julgado em 08/09/2011, DJ 16/09/2011 p. 317)

CIVIL E PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - FILHO MAIOR ESTUDANTE

- PRELIMINAR DE NULIDADE REJEITADA - BINÔMIO NECESSIDADE x POSSIBILIDADE - SENTENÇA REFORMADA.

1. Consoante o disposto nos arts. 249, § 1º, e 250, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, o ato, ainda que irregular, não prejudica o direito de defesa da parte, não será repetido. Preliminar de nulidade rejeitada.

2. O simples fato de o filho atingir a maioridade não se mostra suficiente para a exoneração da obrigação alimentar do genitor, devendo ser analisado, em cada caso, o binômio necessidade-possibilidade, consoante dispõem os artigos 1.694 e 1.695 do Código Civil, máxime quando o alimentando não tem condições econômicas de prover suas próprias necessidades e está regularmente matriculado em instituição de ensino superior.

3. RECURSO CONHECIDO. PRELIMINAR DE NULIDADE REJEITADA. NO MÉRITO, PROVIDO. (20100110172442APC, Relator HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, 3ª Turma Cível, julgado em 22/06/2011, DJ 01/07/2011 p. 149)

Ademais o autor não conseguiu demonstrar nos autos que houve redução em sua capacidade financeira ou qualquer outro motivo que justifique a exoneração da obrigação alimentar, pois tem plenas condições financeiras de continuar auxiliando na subsistência da filha.

Conforme consignado alhures, a requerida ainda necessita da contribuição paterna para ter condições de concluir seus estudos e melhor se preparar para o mercado profissional, sendo este o único meio possível de conquistar independência financeira.

No caso dos autos, restaram comprovados os requisitos para manutenção dos alimentos após o alcance da maioridade, pois a requerida está devidamente matriculada em curso de ensino superior e não tem condições econômicas de prover suas próprias necessidades.

Logo, não há motivo ou justificativa plausível que embase seu pleito, razão pela qual a total improcedência do pedido autoral é medida que se impõe.

III. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária, nos termos do Artigo 98 e ss. do CPC;
- b) a improcedência do pedido apresentado na inicial, por não se adequar à realidade fática apresentada nos autos, mantendo-se o pagamento dos alimentos no importe atualmente fixado;
- c) A condenação do autor ao pagamento das custas processual e honorário advocatício, a serem revertidos em favor do programa de Assistência Judiciária do XX – PROJUR (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar XXXXXX nº. XXXXX, deverão ser depositados no Banco.

Por fim, protesta provar o alegado por todo gênero de prova em Direito admitido, em especial pelo depoimento pessoal da requerida, inclusive com a oitiva das testemunhas que serão arroladas oportunamente e a análise da documentação anexada.

Nestes termos, pede deferimento.

~~XXXXXXXXXXXXXX~~

Defensora Pública

